



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 18/10/2016

ITEM Nº 081

TC-000082/026/14

Prefeitura Municipal: Itápolis.

Exercício: 2014.

Prefeito(s): Júlio César Nigro Mazzo.

Período(s): (01-01-14 a 29-10-14).

Substituto(s) Legal(is): Presidente da Câmara - Carlos Augusto Biella.

Período(s): (30-10-14 a 31-12-14).

Acompanha(m): TC-000082/126/14 e Expediente(s): TC-000481/013/14, TC-010052/026/15, TC-020477/026/15 e TC-036251/026/15.

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-13 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-13 - DSF-I.

- Aplicação total no ensino:	26,90%	(mínimo 25%)
- Investimento no magistério:	84,04%	(mínimo 60%)
- Total de despesas com Fundeb:	100%	
- Déficit orçamentário:	6,87%	(R\$ 5.478.588,12)
- Déficit Financeiro:	R\$ 3.064.034,43	
- Transferências à Câmara:	1,79%	(máximo 7%)
- Gastos com Pessoal	48,17%	(máximo 54%)
- Despesas com Saúde:	26,20%	(mínimo 15%)
- Remuneração dos agentes políticos:	em ordem	
- Encargos sociais:	em ordem	
- Precatórios:	em ordem	

B	i-EGM	Resultado
B+	i-Educ	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
B+	i-Saúde	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
B+	i-Planej.	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
B	i-Fiscal	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
C+	i-Amb	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
C	i-Cidade	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)
B+	i-Gov-TI	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte Médio

Região Administrativa Central

Quantidade de habitantes 40.674

Em exame as contas anuais do exercício de 2014 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A instrução inicial, a cargo da Unidade Regional de Araraquara – UR/13 consignou em relatório de fls. 32/84, no curso de sua ação fiscalizatória, as seguintes ocorrências:

Item A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A LDO não estabelece custos estimados, indicadores e metas físicas de maneira adequada.

Item A.3. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno permaneceu a maior parte do exercício sem regulamentação e não apresentou relatórios periódicos nos moldes da Legislação pertinente.

Item B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Déficit de 6,87%, não amparado integralmente pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Item B.1.2. RESULTADO FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Divergências na obtenção do Saldo Patrimonial do exercício analisado, não esclarecida pela origem.

Item B.1.2.1. INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO

Lançamentos não esclarecidos pela origem;

Surgimento de déficit financeiro, embora a origem tenha sido alertada 5 vezes.

Item B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.

Item B.1.6. DÍVIDA ATIVA

Divergência não justificada entre os saldos da dívida ativa registrados pelos Setores de Contabilidade e Dívida Ativa.

Item B.3.1.1.3. ENSINO - AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

Glosas de Restos a pagar cancelados; de despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB; e de restos a pagar inscritos em 31/12/2014 não pagos até 31/01/2015.



Item B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino Infantil.

Item B.3.2.1. SAÚDE - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Glosas de cancelamento de restos a pagar; de despesas não elegíveis à aplicação na saúde; de restos a pagar liquidados não pagos até 31/01/2015; e de empenhos não liquidados - incluídos inicialmente na aplicação mínima - sem disponibilidade financeira em 31.12.2014.

Item B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ausência de plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da saúde.

Item B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Concessão de Revisão Geral Anual a Agentes Políticos em percentual que não se compatibiliza com a inflação apurada no período de referência, e em desatendimento ao art. 29, V, c.c. art. 37, X, da Constituição Federal.

Item B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Comprovantes de despesas ilegíveis e ausência de parecer do Controle Interno sobre as prestações de contas.

Multas de trânsito aplicadas à Municipalidade (R\$ 425,62) por não realizar a indicação do condutor do veículo junto ao Órgão fiscalizador de trânsito responsável pelas autuações.

Item B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS

Diferenças entre os saldos nas Conciliações bancárias.

Existência de contas inativas.

Item D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Divergências entre os dados informados pela Origem ao Sistema AUDESP e aqueles verificados “in loco”.

Item D.3.1. QUADRO DE PESSOAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Cargos em comissão em desacordo com o preceituado no artigo 37, V, da Constituição Federal; e com sobreposição de funções;

Escolaridade mínima exigida para exercício da maioria dos cargos em comissão, inclusive Secretários, incompatível com as funções/atividades a serem desempenhadas.

Inconsistências no quadro, apresentando número de cargos providos maior que o número total de vagas existentes.

Item D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Atendimento parcial às Recomendações do Tribunal.

Quanto ao Resultado da Execução Orçamentária, a fiscalização apurou a seguinte situação:

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	97.328.000,00	87.023.526,42	-10,59%	109,19%
Receitas de Capital	23.773.289,00	3.524.248,61	-85,18%	4,42%
Receitas Intraorçamentárias	(12.614.000,00)	(10.848.673,04)	-13,99%	-13,61%
Deduções da Receita				
Subtotal das Receitas	108.487.289,00	79.699.101,99		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	108.487.289,00	79.699.101,99		100,00%
Déficit de arrecadação		28.788.187,01	-26,54%	36,12%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	79.450.498,53	75.312.836,73	-5,21%	88,42%
Despesas de Capital	40.030.171,40	8.490.683,43	-78,79%	9,97%
Reserva de Contingência				
Despesas Intraorçamentárias				
Repasse de duodécimos à CM	1.764.000,00	1.764.000,00	0,00%	2,07%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta				
Dedução: devolução de duodécimos		(389.830,05)		
Subtotal das Despesas	121.244.669,93	85.177.690,11		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	121.244.669,93	85.177.690,11		100,00%
Economia Orçamentária		36.066.979,82	-29,75%	42,34%
Resultado Ex. Orçamentária:	Déficit	(5.478.588,12)		6,87%

Os resultados financeiro, econômico e saldo patrimonial:

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	388.566,25	(3.064.034,43)	888,55%
Econômico	5.044.319,61	52.008.883,90	931,04%
Patrimonial	30.916.544,20	83.469.420,12	169,98%

A situação da dívida de curto prazo foi a seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	2.200.528,14	4.324.737,11	2.200.528,14	4.324.737,11
Restos a Pagar Não Processados	6.203.952,09	4.796.784,84	5.123.781,67	5.876.955,26
Depósitos	157.315,55	11.861.655,91	11.722.859,28	296.112,18
Consignações	322.960,73	2.945.328,50	2.753.938,78	514.350,45
Outros	1.330.700,09	98.397.020,02	98.386.313,91	1.341.406,20
Total	10.215.456,60	122.325.526,38	120.187.421,78	12.353.561,20
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	10.215.456,60	122.325.526,38	120.187.421,78	12.353.561,20
Índice de Liquidez Imediata	Ativo Financeiro	7.948.120,57	0,72	
	Passivo Financeiro	11.012.155,00		

Houve redução da dívida de longo prazo:

Exercícios: anterior e em exame	2013	2014	AH%
Dívida Mobiliária	-	-	
Dívida Contratual	994.211,66	1.454.952,74	46,34%
Precatórios	3.235.461,99	3.707.410,24	14,59%
Parcelamento de Dívidas:	73.440,10	-	-100,00%
De Tributos	-	-	
De Contribuições Sociais:	73.440,10	-	-100,00%
Previdenciárias	73.440,10		-100,00%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	4.303.113,75	5.162.362,98	19,97%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	4.303.113,75	5.162.362,98	19,97%

A situação dos precatórios apresentou-se na seguinte conformidade:

PRECATÓRIOS		
Saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013		3.707.410,24
Mapas de precatórios encaminhados em 2013 para pagamento em 2014		-
Saldo total de precatórios existente em 2014		3.707.410,24
Pagamentos de precatórios efetuados em 2014		927.801,22
Saldo de precatórios para o exercício seguinte		2.779.609,02
REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA		
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2014		437.208,51
Requisitórios de baixa monta quitados em 2014		437.208,51
Houve pagamento integral no exercício em exame		-

Os repasses à Câmara foram efetuados nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme quadro abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Valor utilizado pela Câmara em:	2014	1.374.169,95
Despesas com inativos		193.412,70
Subtotal		1.180.757,25
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2013	66.117.107,44
Percentual resultante		1,79%

Os gastos com pessoal atingiram percentual abaixo do limite de 54% da Receita Corrente Líquida.

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	37.202.489,38	38.006.054,90	39.287.032,39	41.051.787,23
Inclusões da Fiscalização - B				
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		38.006.054,90	39.287.032,39	41.051.787,23
Receita Corrente Líquida - E	81.409.422,95	83.717.072,81	85.022.927,93	85.215.281,16
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		83.717.072,81	85.022.927,93	85.215.281,16
% Gasto Informado A/E	45,70%	45,40%	46,21%	48,17%
% Gasto Ajustado - D/H		45,40%	46,21%	48,17%

As despesas com a área da Saúde superaram o percentual mínimo de 15% das receitas exigido pela Constituição Federal e apresentaram a seguinte posição:

SAÚDE		Valores - R\$
Receitas de impostos		66.811.844,92
Ajustes da Fiscalização		
Total das Receitas		66.811.844,92
Total das despesas empenhadas com recursos próprios		18.937.779,03
Ajustes da Fiscalização		(1.168.877,33)
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de	2015	(261.603,64)
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde		17.507.298,06
		26,20%
Planejamento atualizado da Saúde		
Receita Prevista Atualizada		75.762.000,00
Despesa Fixada Atualizada		19.892.900,00
Índice apurado		26,26%

Na área do Ensino, o Poder Executivo apresentou os seguintes índices de aplicação:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			
RECEITAS		66.811.844,92	
Ajustes da Fiscalização			
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.		66.811.844,92	
FUNDEB - RECEITAS			
Retenções		10.848.673,04	
Transferências recebidas		9.351.239,65	
Receitas de aplicações financeiras		70.437,34	
Ajustes da Fiscalização		-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.		9.421.676,99	
FUNDEB - DESPESAS			
Despesas com Magistério		7.918.251,26	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)			
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)		7.918.251,26	84,04%
Demais Despesas		1.503.425,73	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)			
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)		1.503.425,73	15,96%
Total aplicado no FUNDEB		9.421.676,99	100,00%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO			
Educação Básica (exceto FUNDEB)		8.341.802,45	
Acréscimo: FUNDEB retido		10.848.673,04	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras		(62.259,40)	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno			
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2014		19.128.216,09	28,63%
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%:			
Dedução: Restos a Pagar não pagos até 31.01 2015		(362.737,42)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios		(794.359,75)	
Aplicação final na Educação Básica		17.971.118,92	26,90%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO			
Receita Prevista Realizada		75.762.000,00	
Despesa Fixada Atualizada		21.793.820,93	
Índice Apurado		28,77%	

O processo acessório TC-082/126/14 (Acompanhamento da Gestão Fiscal) subsidiou os trabalhos da fiscalização.

E ainda, os Expedientes:

TC-36251/026/15 - Trata de resposta apresentada pelo Prefeito Municipal, em atendimento ao teor do Ofício CG.CDER N° 2541/2015, solicitando informações sobre o funcionamento do Conselho Tutelar no âmbito municipal, com atribuições regidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

TC-10052/026/15 e TC-20477/026/15: O Ministério Público do Estado de São Paulo comunica possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Itápolis. A fiscalização não vislumbrou falhas que ensejassem apontamentos no Relatório de Contas.

TC-481/013/14: Trata-se de comunicação feita pelo Vereador Avelino Antonio da Silva, alegando que a Prefeitura possui contratos de mesmo objeto com as empresas GEPAM Gestão Pública, Auditoria Contábil, Assessoria e Consultoria em Administração Municipal S/C Ltda. e APOLO Assessoria em Serviços Contábeis Ltda. ME.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Segundo a fiscalização, no exercício de 2014, houve contratação apenas da empresa APOLO Assessoria em Serviços Contábeis Ltda. ME, através da licitação Convite nº 04/2013 e decorrente contrato nº 134/2013, datado de 01/04/2013, com vigência inicial de 12 meses, prorrogado uma vez até 01 de abril de 2015, tendo como valor total anual R\$ 55.200,00, para realização de serviço de assessoria no setor de contabilidade pública. Em inspeção "in loco" realizada de 31/08/2015 a 11/09/2015, constatou-se que a empresa estava prestando os serviços contratados. Com relação à empresa GEPAM Gestão Pública, Auditoria Contábil, Assessoria e Consultoria em Administração Municipal S/S Ltda., não foi constatada a contratação ou despesas com esta empresa no exercício.

Os responsáveis foram regularmente notificados (fls.85), tendo o Sr. Júlio César Nigro Mazzo enviado as razões de fls.92/102 e o Sr. Carlos Augusto Biella, as justificativas de fls.109/140 e demais documentos que acompanham (fls.141/167).

Dentre eles, disseram que o sistema de controle interno no Município somente foi regulamentado no exercício de 2015.

Anunciaram correções no registro da dívida ativa.

Aduziram que a alteração da execução orçamentária não se deu por falta de planejamento, mas sim da abertura de créditos especiais decorrentes de convênios celebrados com o Governo Federal e Estadual.

Quanto às divergências apuradas pela fiscalização nos registros contábeis, nos saldos patrimonial e financeiro, anotaram tratar-se de uma variação patrimonial não identificada, e que solicitaram informações perante a consultoria da empresa fornecedora do sistema SMAR para análise do Balanço, anunciando que tão logo recebam as informações, serão encaminhadas a esta Corte.

Informaram ainda que no encerramento do balanço de 2015, foram realizados ajustes para sanar tais diferenças.

Sobre a dívida ativa, destacaram que a partir da implantação de um novo sistema informatizado tributário (NBCASP), foi possível controlar o saldo de forma atualizada, e que a apuração realizada ao final do exercício apontou saldo correspondente ao valor apresentado no relatório "Posição Sintética por Natureza Contábil", anunciando que no encerramento do Balanço de 2016, eventuais correções a serem apuradas serão lançadas nos registros contábeis.

Admitiram que o Município não tomou a iniciativa para elaboração do Plano Municipal de Educação, atribuindo o atraso à mudança de Prefeitos determinada pela Justiça Eleitoral em 2014 e também ao longo estudo necessário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



No tocante à demanda de vagas na rede de Ensino Infantil, esperam finalizar as obras de novas escolas e creches, ao mesmo tempo em que buscam oferecer a maior quantidade de oportunidades para alunos da educação infantil, nos prédios que o Município dispõe.

Realçaram a aplicação de recursos no ensino e na saúde, anunciando medidas de correção das falhas destacadas pela fiscalização.

Sobre o pagamento de multa de trânsito, disseram que houve determinação para imediata abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento do valor, com a devida correção.

Encerrando as justificativas, pleitearam o acolhimento dos argumentos oferecidos para o fim de ser considerada regular a apresentação das contas do exercício de 2014.

A Assessoria Técnica, no que se relaciona aos **aspectos econômicos** (fls.170/172), destacou que o déficit financeiro verificado em 2014 poderia ser facilmente solvido no exercício seguinte, já que equivalente a aproximados 11 dias de arrecadação. No entanto, considerou que as inconsistências contábeis anotadas pela fiscalização foram suficientes para emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas.

Sob o **prisma jurídico**, a Assessoria Técnica destacou que foram atendidos os índices relativos a pessoal, saúde e educação, porém, considerando o teor do laudo elaborado pelo setor econômico, manifestou-se pela emissão de **parecer desfavorável** (fls.173/176).

Chefia de ATJ, de modo diverso, opinou pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas (fls.144/160), entendendo inexistir falha capaz de comprometer os demonstrativos, sem prejuízo das recomendações propostas em sua manifestação.

MPC pugnou pela emissão de **parecer desfavorável** aos demonstrativos, com ressalvas sobre as falhas apontadas pela fiscalização.

SDG, por outro lado, entendeu não haver óbices para emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas.

As últimas contas da Prefeitura Municipal de Itápolis foram assim apreciadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Exercício	Processo	Parecer
2013	1609/026/13	Favorável com recomendações ¹
2012	1541/026/12	Favorável com recomendações ²
2011	0952/026/11	Favorável com recomendações ³

É o relatório.

GC.CCM-23

¹ Decisão publicada no D.O.E. de 25/03/2015, com Trânsito em Julgado em 27/04/2015.

² Decisão publicada no D.O.E. de 04/10/2014, com Trânsito em Julgado em 05/11/2014.

³ Decisão publicada no D.O.E. de 11/05/2013, com Trânsito em Julgado em 12/06/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



GC.CCM

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE: 18/10/2016

ITEM nº 081

Processo: TC-0082/026/14

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS

Prefeito: JÚLIO CÉSAR NIGRO MAZZO

Período: 01/01/2014 a 29/10/2014

Substituto Legal: CARLOS AUGUSTO BIELLA

Período: 30/10/2014 a 31/12/2014

Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014

Procurador: CARLOS PEREIRA BARBOSA FILHO (OAB/SP 108.524)

Expediente(s) que acompanha(m): TC-082/126/14, TC-481/013/14, TC-36251/026/15, TC-20477/026/15, TC-10052/026/15.

- Aplicação total no ensino:	26,90%	(mínimo 25%)
- Investimento no magistério:	84,04%	(mínimo 60%)
- Total de despesas com Fundeb:	100%	
- Déficit orçamentário:	6,87%	(R\$ 5.478.588,12)
- Déficit Financeiro:	R\$ 3.064.034,43	
- Transferências à Câmara:	1,79%	(máximo 7%)
- Gastos com Pessoal	48,17%	(máximo 54%)
- Despesas com Saúde:	26,20%	(mínimo 15%)
- Remuneração dos agentes políticos:	em ordem	
- Encargos sociais:	em ordem	
- Precatórios:	em ordem	

B	i-EGM	Resultado
B+	i-Educ	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
B+	i-Saúde	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
B+	i-Planej.	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
B	i-Fiscal	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
C+	i-Amb	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
C	i-Cidade	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)
B+	i-Gov-TI	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte Médio

Região Administrativa Central

Quantidade de habitantes 40.674



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



O resultado da inspeção “in loco” consubstanciado no relatório da fiscalização contempla informações e elementos capazes de propiciar a avaliação dos atos e procedimentos de gestão, envolvendo os aspectos administrativo, econômico-financeiro, contábil e patrimonial.

A aplicação de recursos no ensino geral atingiu **26,90%** das receitas vinculadas, em atendimento ao artigo 212 da Constituição Federal, sendo que **84,04%** dos recursos advindos do FUNDEB foram gastos na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, cumprindo o artigo 60, inciso XII, do ADCT, evidenciando-se também a utilização de **100%** do montante advindo do Fundo, no período examinado, como previsto no artigo 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07.

Na saúde, observa-se que foi superada a meta mínima de 15% fixada pela Constituição Federal para aplicação de recursos no setor, cabendo, no entanto, recomendações para que a Administração programe um plano de carreira, cargos e salários dos profissionais do setor.

As transferências financeiras ao Legislativo situaram-se dentro da limitação imposta pela Constituição Federal.

Os quadros elaborados pela fiscalização indicaram regularidade na gestão da dívida com precatórios no período.

O recolhimento dos encargos sociais foi efetuado regularmente.

No que diz respeito à qualidade dos gastos, considerando as informações prestadas a esta E. Corte para a formulação do **IEGM – Índice de Eficiência da Gestão Municipal**, destaca-se que o Município obteve índice B, sendo incluído na categoria “efetiva”.

Todavia, a instrução dos autos demonstra haver espaço para o aperfeiçoamento dos setores envolvidos para a obtenção do índice, especialmente porque o Município obteve índice “C+” e “C” no que diz respeito ao i-Amb e i-Cidade, ou seja, áreas que se encontram em fase ou em baixo nível de adequação.

A Prefeitura Municipal, em 2013 e 2015 atingiu as metas projetadas para o ensino fundamental, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujo indicador foi criado, no plano federal, com base em dados sobre aprovação escolar.

Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itápolis	6.3	8.1	6.7	7.0	7.3	7.7	6.4	6.7	6.9	7.1	7.3	7.5	7.6	7.8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itápolis					6.6	6.4					6.8	6.9	7.1	7.3

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=965199>

Ainda sobre o setor de ensino, o laudo de inspeção teceu críticas à existência de lista de espera para as crianças em idade de creche, razão pela qual **alerto** a Municipalidade dos termos do Plano Nacional de Educação – PNE, editado pela Lei Federal nº 13.005/14:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Sobre a remuneração dos agentes políticos, a fiscalização observou que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram fixados respectivamente pelas Leis Municipais nºs 2.933, de 15/06/2012; 2.932, de 15/06/2012 e 2.934, de 15/06/2012, em R\$ 14.000,00, R\$6.033,00 e R\$5.500,00, respectivamente, sem que tivesse havido alterações em 2013.

Em 2014, a Lei nº 3.096, aprovada pela Câmara Municipal, concedeu revisão geral anual de 8% a todos os servidores da Prefeitura, SAAE e Conselheiros Tutelares, incluídos agentes políticos, ressaltando que ocorreram na mesma data e sem distinção de índices, conforme dispõe o artigo 37, X, da Constituição Federal (fls. 142 do anexo).

Situações similares foram aceitas por esta Corte, a exemplo das contas das Câmaras de Santa Cruz do Rio Pardo (TC-348/026/08 – 2008 – Relator Substituto de Conselheiro Olavo Silva Júnior - DOE 24.07.10), Ubirajara (TC-2480/026/12 – 2012 – sob minha relatoria - DOE 01.07.14), Sales Oliveira (TC-2932/026/11 – 2011 – Relator Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo - DOE 26.02.14), Cajuru (TC-1055/026/09 – 2009 – Relator Conselheiro Renato Martins Costa - DOE 17.06.11) e Areias (TC-2803/026/11 – 2011 – sob minha relatoria - DOE 04.09.13).

Contudo, a exemplo do ocorrido nas contas da Câmara Municipal (TC-2487/026/14) advirto a Origem de que a utilização de percentual estranho aos índices oficiais, poderá vir a caracterizar descumprimento ao princípio da anterioridade e, nesse sentido, representar aumento real e irregular nos subsídios.

Passo agora ao exame de um grupo de apontamentos que indicam a necessidade de recomendar-se à Administração para que proceda a correção imediata, o que deverá ser avaliado em próxima inspeção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Refiro-me inicialmente às críticas quanto à inadequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual não estabeleceu custos estimados, indicadores e metas físicas.

Já em relação aos aspectos contábeis, conforme apontado durante a instrução dos autos, o resultado financeiro deficitário (R\$ 3.064.034,43) correspondeu a aproximadamente 14 (quatorze) dias da receita realizada no exercício (R\$ 79.699.101,99).

Desta forma, acompanho o posicionamento da SDG de que os resultados orçamentário e financeiro negativos podem ser relevados, sem prejuízo de severas advertências para que a Origem promova o equilíbrio das contas e evite procedimentos que resultem em inconsistências nos registros contábeis, eis que foram apontadas várias divergências no controle de informações e lançamentos contábeis, inclusive com repercussão sobre os resultados alcançados, de modo que devem ser aceitos “*sob censura*”, razão pela qual deverá rever imediatamente as situações destacadas, para que as peças, de um modo geral, guardem confiabilidade, sob pena dessas falhas ensejarem juízo negativo em futuros exercícios.

Por extensão, as informações dirigidas à alimentação do Sistema AUDESP devem espelhar a real situação orçamentária e financeira do Órgão, ponto também criticado pela inspeção.

Aliás, a ausência de precisão nas informações também se estendeu ao controle da dívida ativa, o que é bastante sério e precisa ser regularizado imediatamente, tendo em vista que o setor é daqueles mais sensíveis a lançamentos e baixas indevidas, devendo contar com adequado domínio sobre seus saldos, baixas e efetiva cobrança.

Quanto às despesas processadas mediante o regime de adiantamento, alerto o Executivo para que atenda ao disposto nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, bem como ao Comunicado SDG nº 19/2010⁴.

Compete ainda ao Executivo o aperfeiçoamento de seu sistema de controle interno, conforme orientações traçadas junto ao Comunicado SDG nº 32/12⁵, de

⁴ **COMUNICADO SDG Nº 19/2010**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta que,

que, no uso do regime de adiantamento de que tratam os art. 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 1964, devem os jurisdicionados atentar para os procedimentos determinados na lei local específica e, também, para os que seguem:

1. autorização bem motivada do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e não genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participarão.

2. o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor e, não, um agente político; tudo conforme Deliberação desta Corte (TC-A 42.975/026/08).

3. a despesa será comprovada mediante originais das notas e cupons fiscais; os recibos de serviço de pessoa física devem bem identificar o prestador: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.

4. a comprovação de dispêndios com viagem também requer relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.

5. em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.

6. não devem ser aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios quem venham a prejudicar sua clareza.

7. o sistema de Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas.

São Paulo, 07 de junho de 2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



modo a priorizar, também, a verificação das ações governamentais, à luz do que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal⁶, cujos efeitos administrativos devem repercutir na qualidade da transparência fiscal apresentada pela municipalidade.

Sobre o fato de não terem sido produzidos relatórios periódicos do sistema de Controle Interno, importante destacar que este Tribunal editou em Fevereiro de 2015 Manual Básico intitulado “O Controle Interno do Município”, de grande valia para esclarecimentos sobre o assunto, o qual colaciona em linguagem simples, objetiva e direta, a importância e a necessidade da pronta regulamentação da estrutura de controle interno municipal, a ser sempre integrada por servidores do quadro efetivo.

Em seu item 10 – O RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO, destaca orientações para confecção da peça, ressaltando que sua periodicidade poderá ser regulamentada por ato próprio do Gestor, com sugestão de que seja estabelecido um intervalo mínimo, podendo ser confeccionada em períodos mensais, a depender do cenário interno existente e dos pontos de controles que a entidade identifique como pontos fracos, sensíveis ou de relevância.

Também sugere que o relatório seja finalizado com um quadro-resumo, ofertando, ao dirigente, visão panorâmica da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do quadrimestre (fls.81/85).

Ainda sobre o assunto, observo que a Lei Complementar nº 709/93 , em seu artigo 38, parágrafo único⁷, dispõe que:

⁵ COMUNICADO SDG Nº 32/2012 – DOE 29.09 e 10.10.12

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ressalta que, a mando dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim do artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e, também, do artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica desta Corte, a Prefeitura e a Câmara Municipal devem possuir seus próprios sistemas de controle interno, que atuarão de forma integrada.

Sob aquele fundamento constitucional e legal, é dever dos Municípios, por meio de normas e instruções, instituir, se inexistentes, e regulamentar a operação do controle interno, de molde que o dirigente municipal disponha de informações qualificadas para a tomada de decisões, além de obter mais segurança sobre a legalidade, legitimidade, eficiência e publicidade dos atos financeiros chancelados, sem que hajam razões para alegar desconhecimento.

Apenas servidores do quadro efetivo deverão compor o sistema de controle interno.

Nesse contexto, tal normatização atentar-se-á, dentre outros aspectos, para as funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno:

1- Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.

2- Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3- Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.

4- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

5- Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

6- Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.

7- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

De se registrar, ainda, que a adequada instituição do correspondente órgão de controle interno é medida que será verificada por ocasião da fiscalização levada a efeito pelo Tribunal de Contas, com repercussão no exame das contas anuais.

⁶ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

⁷ **Artigo 38** - A tomada de contas será objeto de pronunciamento expresso dos responsáveis pelos órgãos da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal, antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas, para os fins constitucionais e legais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



*“....a tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados deverá ter sua regularidade **certificada pelo controle interno** do órgão ou unidade a que estiver vinculado”.*

Ora, tal certificação deve ser materializada por meio da produção de laudos periódicos que demonstrem a fiscalização exercida pelo sistema de controle, até para que se possa atestar a regularidade dos procedimentos examinados em âmbito interno.

Desta forma, deve a Administração atender aos reclamos da fiscalização, elaborando os laudos necessários.

Sobre o setor de pessoal, deve a Municipalidade envidar esforços necessários para a edição de lei, em sentido estrito, especificando as atribuições dos cargos comissionados apontados no laudo de inspeção, em consonância às prescrições constitucionais, sem deixar de observar o grau de escolaridade compatível à complexidade das atividades a serem desempenhadas pelos servidores nomeados para tal finalidade.

Como é cediço, os cargos em comissão servem ao comando e a assessoria, razão pela qual exigem certo grau de complexidade para sua realização, havendo necessidade de preenchimento por profissionais que possuam qualificação por meio de estudo universitário, em razão dos conhecimentos específicos para o seu exercício.

Neste sentido:

*Voto nº 30.530 AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
nº 0176535-27.2013.8.26.0000*

COMARCA SÃO PAULO

Requerente (s): PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Requerido(s): PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAINA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE –

Legislação do Município de Bocaina que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do quadro de servidores públicos municipais e da nova estrutura da prefeitura municipal.– Funções descritas que não exigem nível superior para seus ocupantes – Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente.

*Voto nº 27.195 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
nº 0107464-69.2012.8.26.0000*

COMARCA - SÃO PAULO

Parágrafo único - Antes do pronunciamento dos responsáveis de que trata este artigo, a tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados deverá ter sua regularidade certificada pelo controle interno do órgão ou unidade a que estiver vinculado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Requerente (s): PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Requerido(s): PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO E PREFEITO MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Legislações do Município que Álvares Machado que estabelece a organização administrativa, cria, extingue empregos públicos e dá outras providências - Funções descritas que não exigem nível superior para seus ocupantes - Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual — Ação procedente.

Neste sentido, os termos do item “8” do Comunicado SDG nº32/2015, publicado no DOE de 16/09/2015, recomenda aos jurisdicionados a observância de aspectos relevantes na elaboração de instrumentos legais, dentre os quais, no caso dos cargos em comissão, a orientação de que devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos de Direção e Assessoria, exclusivos de nível universitário, reservando-se aos cargos de Chefia, a formação técnico-profissional apropriada.

Observo que sobre o apontamento da contratação de servidores em número acima das vagas criadas, a fiscalização anuncia que, oportunamente, a matéria será tratada na instrução dos autos próprios a serem abertos, nos termos das Instruções vigentes.

No tocante aos demais apontamentos constantes da conclusão do relatório da Fiscalização, a defesa apresentou explicações, informando a adoção de medidas para a correção de alguns itens, que deverão ser verificadas pela fiscalização na próxima inspeção “in loco”.

Nesse cenário, acompanho as manifestações das Chefia de ATJ e SDG e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Itápolis, exercício de 2014, excetuando-se os atos porventura pendentes de julgamento neste E. Tribunal.

Determino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com recomendações para que:

- Aperfeiçoe o planejamento e a execução orçamentária;
- Implemente as ações necessárias à elevação do IEGM;
- Envide esforços para atendimento da demanda nas creches municipais;
- Implante um efetivo sistema de controle interno;
- Corrija as situações destacadas pela inspeção no setor contábil;
- Promova a readequação do quadro de pessoal, para que as funções desempenhadas pelos ocupantes dos cargos em comissão sejam efetivamente revestidas das características exigidas pelo comando constitucional;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Elimine as divergências entre os dados informados e aqueles apurados no Sistema AUDESP;
- Implemente o plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da Saúde;
- Efetue registro rigoroso do saldo da Dívida Ativa;
- Quanto aos adiantamentos, atenda ao disposto no Comunicado SDG nº 19/2010;

O Expediente TC-36251/016/15, com informações acerca da constituição e funcionamento do Conselho Tutelar Municipal deve retornar a Unidade Regional de Araraquara – UR/13, para auxílio em futuras inspeções.

Os demais Expedientes devem continuar a acompanhar os presentes autos, tendo em vista que serviram de subsídio ao exame das contas.

Determino à fiscalização que certifique-se das correções noticiadas e da implementação das recomendações aqui exaradas.

É como voto.